ADJUNTO E ECONOMIA

Gabinete da Secretária de Estado do Turismo

Despacho n.º 1098/2019

Atento o pedido de atribuição da utilidade turística definitiva ao hotel apartamento Pestana Gramacho Residences, com a categoria de 4 estrelas, sito no concelho de Lagoa, de que é requerente a sociedade SALVOR — Sociedade de Investimento Hoteleiro, S. A.; e

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e a proposta do Turismo de Portugal, I. P., e no uso da competência que me foi delegada pelo Ministro Adjunto e da Economia, através do Despacho n.º 10723/2018, de 9 de novembro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 20 de novembro de 2018, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 3 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, atribuo a utilidade turística definitiva ao Pestana Gramacho Residences;

2 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, fixo a validade da utilidade turística em 7 (sete) anos, contados da data do Alvará de Utilização Turística n.º 143/2018, da Câmara Municipal de Lagoa, emitido em 8 de outubro de 2018, ou seja, até 8 de outubro de 2025;

3 — Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e no n.º 4 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 38/94, de 8 de fevereiro, determino que a proprietária e/ou exploradora do empreendimento fiquem isentas das taxas devidas à Inspeção-Geral das Atividades Culturais, pelo mesmo prazo fixado para a utilidade turística, caso as mesmas sejam, ou venham a ser, devidas;

4 — Ao abrigo das disposições conjugadas do artigo 8.º e artigo 14.º, n.º 1, alínea a) do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, a utilidade turística fica condicionada e pode ser revogada se:

- i) O empreendimento for desclassificado;
- ii) A entidade exploradora for objeto de sanção administrativa por contraordenação laboral muito grave, transitada em julgado;
- iii) A entidade exploradora for objeto de sanção administrativa ou judicial pela utilização de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos que imponham essa obrigação, em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais;
- iv) No prazo de 12 meses, após a publicação deste despacho, não estiverem asseguradas soluções globais de eficiência ambiental, designadamente de eficiência energética, gestão dos recursos hídricos e gestão de resíduos, a comprovar junto do Turismo de Portugal, I. P.

Nos termos do disposto no artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não foi realizada a audiência prévia da interessada no presente procedimento, dado que se verifica a previsão da alínea f) do n.º 1 do artigo citado.

28 de dezembro de 2018. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

311997221

Despacho n.º 1099/2019

Atento o pedido de atribuição da utilidade turística prévia a um hotel rural denominado UMay Boutique Hotel, com a categoria projetada de 5 estrelas, a instalar no concelho de Grândola, de que é requerente a sociedade Graciosa Parcela — L.ª, e

Tendo presentes os critérios legais aplicáveis e a proposta do Turismo de Portugal, I. P., e no uso da competência que me foi delegada pelo Ministro Adjunto e da Economia, através do Despacho n.º 10723/2018, de 9 de novembro de 2018, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 223, de 20 de novembro de 2018, decido:

1 — Nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 2.º e no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 423/83, de 5 de dezembro, atribuo a utilidade turística prévia ao UMay Boutique Hotel;

2 — Ao abrigo do n.º 1 do artigo 11.º do citado decreto-lei, fixo a validade da utilidade turística prévia em 36 (trinta e seis) meses, contados da data da publicação deste meu despacho no *Diário da República*;

3 — Nos termos do disposto no artigo 8.º do referido diploma, a utilidade turística fica dependente do cumprimento dos seguintes condicionamentos:

- i) O empreendimento não poderá ser desclassificado;
- ii) O empreendimento deverá abrir ao público antes do termo do prazo de validade desta utilidade turística prévia;
- iii) A confirmação da utilidade turística deve ser requerida no prazo de 6 meses, contado da data da abertura ao público do empreendimento, ou seja, da data do alvará de autorização de utilização para fins turísticos ou do título de abertura previsto na alínea b) do artigo 32.º do Decreto-Lei

n.º 39/2008, de 7 de março, na redação em vigor, e dentro do prazo de validade desta utilidade turística prévia.

Nos termos do disposto no artigo 124.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, não foi realizada a audiência prévia da interessada no presente procedimento, dado que se verifica a previsão da alínea f) do n.º 1 do artigo citado.

28 de dezembro de 2018. — A Secretária de Estado do Turismo, *Ana Manuel Jerónimo Lopes Correia Mendes Godinho*.

311997165

Gabinete do Secretário de Estado da Defesa do Consumidor

Declaração de Retificação n.º 110/2019

Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 241, de 14 de dezembro de 2018, o Despacho n.º 12050/2018, de 5 de dezembro, procede-se à retificação do mesmo.

Na nota curricular, onde se lê «Licenciatura em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (2013)» deve ler-se «Licenciatura em Gestão do Património pela Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto (2008).»

17 de janeiro de 2019. — O Secretário de Estado da Defesa do Consumidor, *João Veloso da Silva Torres*.

311989802

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P.

Aviso n.º 1707/2019

Nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, por meu acordo, do Reitor da Universidade Nova de Lisboa, e da técnica superior Ana Alexandra Laranjo Ferreira Ramos de Jesus, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade interna da referida técnica superior no mapa de pessoal da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, I. P., nos termos do n.º 3 do artigo 99.º do anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com a remuneração mensal de € 2.231,32, equivalente à 7.ª posição remuneratória e ao 35.º nível remuneratório, com efeitos a 1 de janeiro de 2019.

17 de janeiro de 2019. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Ana Maria Sanchez*.

311990311

Declaração de Retificação n.º 111/2019

Para os devidos efeitos, declara-se que o Aviso n.º 18864/2018, de 17 de dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 242, e o Aviso n.º 483/2019, de 8 de janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série n.º 5, foram publicados com as seguintes inexatidões, que assim se retificam:

Aviso n.º 18864/2018, de 17 de dezembro

Onde se lê «Joana Margarida Sequeira Pinheiro Maia» deve ler-se «Joana Margarida Sequeira Pinheiro».

Aviso n.º 483/2019, de 8 de janeiro

Onde se lê «Sandra Maria Pereira Santos Silvestre» deve ler-se «Sandra Maria Pereira Santos».

17 de janeiro de 2019. — A Vogal do Conselho Diretivo, *Ana Maria Sanchez*.

311990222